

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 488.314 - MG (2019/0003120-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : PATRICIA AMORIM ROCHA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : PATRICIA AMORIM ROCHA - MG102495  
SANDER WILLIAMS DA ROCHA CANUTO - MG177203  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : WARLEY DE ASCENCAO ALVARENGA (PRESO)

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WARLEY DE ASCENCAO ALVARENGA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no HC n. 1.0000.18.129869-7/000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante (convertida a custódia em prisão preventiva) pela prática do crime descrito no art. 157, *caput*, c/c art. 14, II, ambos do CP.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 68):

**EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO TENTADO - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES NOS AUTOS - OFENSA À PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - ARGUMENTO IMPROCEDENTE.** I. Existindo nos autos fortes indícios do autoria e comprovada a materialidade do gravíssimo crime de roubo, a prisão preventiva, medida de exceção, mostra-se necessária para garantir a ordem pública e reprimir a prática de delitos constantes nos grandes centros urbanos. II. Os atributos pessoais do paciente não podem ser analisados individualmente, sem que seja considerado todo o contexto dos autos, sob pena de se trazer prejuízos à tranqüilidade social e à manutenção da ordem pública, fundamentos esses essenciais á análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão cautelar. III. O princípio constitucional da presunção de inocência não influi na análise da necessidade da manutenção da prisão cautelar, impedindo apenas a antecipação dos efeitos da sentença.

Na presente oportunidade, o impetrante alega que não estão

# Superior Tribunal de Justiça

presentes as hipóteses autorizativas da decretação da prisão preventiva.

Sustenta, ainda, que o paciente possui filho recém-nascido de apenas 5 meses e 14 dias, cabendo a aplicação de medidas cautelares distintas da prisão em razão do princípio do melhor interesse do menor.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, seja concedida a liberdade ao paciente, expedindo-se o respectivo alvará de soltura.

Indeferida a liminar (e-STJ fls. 78/79), o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem, de ofício (e-STJ fls. 106/110).

É o relatório. **Decido.**

Consoante informações colhidas do *site* do Tribunal de origem, em 11/3/2019 sobreveio sentença condenatória nos autos da ação penal originária, tendo sido deferido ao réu, ora paciente, o direito de apelar em liberdade, momento em que foi determinada a expedição de alvará de soltura em seu favor.

Assim, fica sem objeto o pedido contido na inicial, em que a defesa se insurgia contra a custódia cautelar do paciente.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo **prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator